

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	13
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	14
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	17
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	18
11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	18
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	18
13. INTANGÍVEL	21
14. FORNECEDORES	21
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	22
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	22
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	25
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	26
19. PROVISÕES.....	26
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	32
21. RECEITA.....	33
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	36
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	39
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	41
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	43
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	50
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	51
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	52
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	53
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	65

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	436.042	313.799
Títulos e Valores Mobiliários	5	82.569	100.819
Consumidores e Revendedores	6	2.261.890	1.371.126
Concessionários – Transporte de Energia	6	180.788	219.770
Tributos Compensáveis	7	155.531	120.843
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	231.246	185.159
Estoques		30.422	28.950
Contribuição de Iluminação Pública		133.384	88.065
Reembolso Subsídios Tarifários	10	461.439	344.896
Subvenção Baixa Renda		27.880	35.197
Ativos Financeiros da Concessão	12	6.977.046	843.793
Fundos Vinculados		32	795
Outros		214.608	234.452
TOTAL DO CIRCULANTE		11.192.877	3.887.664
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.605	1.726
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	841.110	860.964
Tributos Compensáveis	7	287.070	302.522
Depósitos Vinculados a Litígios	9	878.759	865.556
Consumidores e Revendedores	6	68.080	202.733
Concessionários - Transporte de Energia	6	76.718	6.172
Outros Créditos		12.595	46.708
Ativos Financeiros da Concessão	12	692.949	6.206.564
Intangíveis	13	1.275.483	1.484.231
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.134.369	9.977.176
ATIVO TOTAL		15.327.246	13.864.840

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	2.727.390	1.912.693
Debêntures	16	291.730	324.124
Fornecedores	14	1.068.205	1.119.485
Impostos, Taxas e Contribuições	15	506.764	378.220
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		111.869	214.955
Salários e Encargos Sociais		143.153	132.827
Encargos Regulatórios	17	430.309	57.257
Participações nos Lucros		83.827	76.060
Obrigações Pós-Emprego	18	115.186	109.879
Contribuição de Iluminação Pública		229.259	168.191
Outras		169.866	152.688
TOTAL DO CIRCULANTE		5.877.558	4.646.379
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	961.670	1.061.702
Debêntures	16	2.896.809	2.749.731
Provisões	19	317.495	303.122
Obrigações Pós-Emprego	18	1.856.226	1.797.092
Impostos, Taxas e Contribuições	15	612.622	615.485
Encargos Regulatórios	17	95.531	190.668
Outras		18.836	18.434
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.759.189	6.736.234
TOTAL DO PASSIVO		12.636.747	11.382.613
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	2.361.998	2.261.998
Reservas de Lucros		556.103	453.017
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(232.788)	(232.788)
Lucros Acumulados		5.186	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.690.499	2.482.227
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.327.246	13.864.840

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
RECEITA	21	6.104.660	4.832.177
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.578.613)	(2.761.716)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(399.779)	(258.837)
		<u>(3.978.392)</u>	<u>(3.020.553)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(385.319)	(350.551)
Materiais		(17.186)	(19.654)
Serviços de Terceiros		(297.408)	(277.204)
Amortização		(213.655)	(201.457)
Provisões (Reversões) Operacionais		(35.764)	4.108
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(443.405)	(324.149)
Outras		(70.134)	(69.722)
		<u>(1.462.871)</u>	<u>(1.238.629)</u>
CUSTO TOTAL		(5.441.263)	(4.259.182)
LUCRO BRUTO		663.397	572.995
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(57.701)	(47.861)
Despesas Gerais e Administrativas		(191.139)	(179.337)
Outras Despesas Operacionais		(272.942)	(228.004)
		<u>(521.782)</u>	<u>(455.202)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		141.615	117.793
Receitas Financeiras	23	421.774	160.849
Despesas Financeiras	23	(538.236)	(368.429)
Resultado Antes dos Impostos		25.153	(89.787)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(113)	(93.943)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	(19.854)	116.835
RESULTADO DO PERÍODO		5.186	(66.895)
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária		0,0023	(0,0296)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
RECEITA	21	3.039.977	2.594.137
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.740.689)	(1.461.936)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(204.572)	(124.951)
		<u>(1.945.261)</u>	<u>(1.586.887)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(193.019)	(185.724)
Materiais		(9.855)	(13.098)
Serviços de Terceiros		(156.761)	(154.884)
Amortização		(107.680)	(108.496)
Provisões Operacionais		(22.563)	(10.390)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(240.765)	(188.628)
Outras		(63.351)	(47.069)
		<u>(793.994)</u>	<u>(708.289)</u>
CUSTO TOTAL		(2.739.255)	(2.295.176)
LUCRO BRUTO		300.722	298.961
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(30.749)	(20.556)
Despesas Gerais e Administrativas		(94.421)	(57.655)
Outras Despesas Operacionais		(115.076)	(114.135)
		<u>(240.246)</u>	<u>(192.346)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		60.476	106.615
Receitas Financeiras	23	179.065	(17.667)
Despesas Financeiras	23	(231.019)	(183.195)
Resultado Antes dos Impostos		8.522	(94.247)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	12.601	(53.737)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	(21.233)	82.869
RESULTADO DO PERÍODO		(110)	(65.115)
Prejuízo Básico e Diluído por ação ordinária		(0,00005)	(0,0287)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
RESULTADO DO PERÍODO	5.186	(66.895)
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	5.186	(66.895)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em Milhares de Reais)

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14
RESULTADO DO PERÍODO	(110)	(65.115)
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(110)	(65.115)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.261.998	427.805	(196.945)	-	2.492.858
Resultado do Período	-	-	-	(66.895)	(66.895)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	(66.895)	(66.895)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	2.261.998	427.805	(196.945)	(66.895)	2.425.963
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	453.017	(232.788)	-	2.482.227
Resultado do Período	-	-	-	5.186	5.186
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	5.186	5.186
Aumento de capital	100.000	-	-	-	100.000
Reserva de Retenção de Lucros	-	103.086	-	-	103.086
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	2.361.998	556.103	(232.788)	5.186	2.690.499

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	5.186	(66.895)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	135.917	118.361
Amortização	224.462	210.387
Provisões para Perdas Operacionais	93.465	43.752
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	33.929	3.466
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(762.497)	-
Juros e Variações Monetárias	140.192	334.547
Imposto de Renda e Contribuição Social	19.967	(22.892)
	<u>(109.379)</u>	<u>620.726</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(813.812)	(213.470)
Concessionários – Transporte de Energia	(31.564)	4.632
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(383.574)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	806.923	-
Tributos Compensáveis	(19.236)	163.421
Imposto de Renda e Contribuição Social	(46.087)	80.785
Depósitos Vinculados a Litígios	(13.203)	(27.732)
Subvenção Baixa Renda	7.317	(4.517)
Outros	(109.377)	17.736
	<u>(219.039)</u>	<u>(362.719)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(51.280)	340.183
Tributos e Contribuição Social	125.681	(8.534)
IR e CSLL a pagar	55.505	(41.812)
Salários e Encargos Sociais	10.326	(7.898)
Encargos Regulatórios	277.915	7.522
Obrigações Pós-Emprego	(71.476)	(67.593)
Outros	65.024	(14.770)
	<u>411.695</u>	<u>207.098</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	83.277	465.105
Juros Pagos	(400.430)	(290.251)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(55.618)	(52.131)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(372.771)	122.723
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	18.371	(344.667)
Em Fundos Vinculados	763	1.471
Em Intangível	(373.245)	(324.149)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(354.111)	(667.345)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.469.014	1.210.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.719.889)	(571.150)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	(245.127)
Aumento de Capital	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	849.125	393.723
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	122.243	(150.899)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	313.799	685.969
No fim do exercício	436.042	535.070
	122.243	(150.899)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	30/06/2015		30/06/2014	
			Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	9.784.450		6.429.476	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	443.405		324.149	
Outras Receitas	970		13.300	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(57.701)		(47.861)	
	<u>10.171.124</u>		<u>6.719.064</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.906.415)		(3.037.495)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(431.995)		(286.166)	
Serviços de Terceiros	(510.181)		(447.602)	
Materiais	(184.646)		(159.800)	
Outros Custos Operacionais	(167.936)		(106.111)	
	<u>(5.201.173)</u>		<u>(4.037.174)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.969.951		2.681.890	
RETENÇÕES				
Amortização	(224.462)		(210.387)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.745.489		2.471.503	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	421.774		160.849	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.167.263		2.632.352	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	606.787	11,75	556.934	21,16
Remuneração Direta	429.736	8,32	373.693	14,20
Benefícios	152.463	2,95	159.717	6,07
FGTS	24.588	0,48	23.424	0,89
Outros	-	-	100	-
Impostos, Taxas e Contribuições	3.906.069	75,59	1.711.117	65,00
Federais	2.207.465	42,72	471.961	17,92
Estaduais	1.696.356	32,83	1.236.358	46,97
Municipais	2.248	0,04	2.798	0,11
Remuneração de Capitais de Terceiros	649.221	12,56	431.196	16,38
Juros	608.396	11,77	392.200	14,90
Aluguéis	40.825	0,79	38.996	1,48
Remuneração de Capital Próprio	5.186	0,10	(66.895)	(2,54)
Lucros (Prejuízos) Retidos	5.186	0,10	(66.895)	(2,54)
	<u>5.167.263</u>	<u>100,00</u>	<u>2.632.352</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.012.722 consumidores em 30 de junho de 2015 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 20 anos até 18 de fevereiro de 2016, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 em janeiro de 2013). Em 15 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão. Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido.

Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Posteriormente, em 10 de junho de 2015 a ANEEL publicou a Audiência Pública nº 038/2015, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica com base no Decreto nº 8.461/2015. O prazo de contribuições para essa Audiência encerrou-se em 13 de julho de 2015, sendo que até a data da aprovação destas Informações Contábeis Intermediárias os termos da prorrogação estão sob análise da Agência Reguladora. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR). Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 12 de agosto de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2015, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	30/06/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolsos Subsidiários Tarifários
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Receitas e Despesas Financeiras
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	27	Transações Não Envolvendo Caixa
32	28	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais
30	Reajuste Tarifário Anual

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da CVM.

2.3. Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias, originalmente emitidas em 13 de agosto de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados, conforme quadro resumo a seguir:

Demonstração de Resultado - 30/06/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita		4.840.189	(8.012)	4.832.177
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita - Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	21	-	(8.012)	(8.012)
Despesa Operacional				
Outras Despesas Operacionais (Taxa Fiscalização/Penalidades contratuais e regulatórias)	22	(223.345)	(4.659)	(228.004)
Resultado Financeiro				
Despesas Financeiras (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	23	(381.100)	12.671	(368.429)

Demonstrações do Valor Adicionado – 30/06/2014	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Serviços de Terceiros (Agentes Arrecadadores)	(479.502)	31.900	(447.602)
Outros Custos Operacionais (Agentes Arrecadadores/Penalidades contratuais e regulatórias)	(61.540)	(44.571)	(106.111)
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	404.871	(12.671)	392.200

Demonstração de Resultado - 01/04/2014 a 30/06/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita		2.597.249	(3.112)	2.594.137
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita - Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	21	-	(3.112)	(3.112)
Despesa Operacional				
Outras Despesas Operacionais (Taxa Fiscalização/Penalidades contratuais e regulatórias)	22	(113.226)	(909)	(114.135)
Resultado Financeiro				
Despesas Financeiras (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	23	(187.216)	4.021	(183.195)

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	89.474	72.069
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	325.410	236.532
Overnight	21.158	5.198
	346.568	241.730
	436.042	313.799

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2015	31/12/2014
Certificados de depósitos bancários	13.407	27.885
Letras Financeiras – Bancos	39.380	55.240
Letras Financeiras do Tesouro	17.908	8.268
Debêntures	11.723	9.707
Outros	1.756	1.445
	84.174	102.545
Ativo Circulante	82.569	100.819
Ativo Não Circulante	1.605	1.726

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas, está apresentada na Nota Explicativa nº 25. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 24.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2015	31/12/2014
Residencial	759.419	312.941	189.932	1.262.292	935.811
Industrial	182.114	46.323	111.987	340.424	404.325
Comércio, Serviços e Outras	416.886	79.862	113.173	609.921	479.816
Rural	159.905	38.210	30.156	228.271	144.139
Poder Público	92.119	24.409	18.123	134.651	100.019
Iluminação Pública	44.370	2.694	8.737	55.801	40.239
Serviço Público	80.582	4.732	21.880	107.194	69.891
Subtotal – Consumidores	1.735.395	509.171	493.988	2.738.554	2.174.240
Suprimento a Outras Concessionárias	17	-	-	17	17
Concessionários – Transporte de Energia	205.542	9.999	248.013	463.554	225.941
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(615.510)	(615.510)	(601.258)
	1.940.954	519.170	127.352	2.587.476	1.799.801
Ativo Circulante				2.442.678	1.590.896
Ativo Não Circulante				144.798	208.905

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2015	31/12/2014
Residencial	184.620	175.882
Industrial	85.245	85.720
Comércio, Serviços e Outras	99.075	93.505
Rural	16.965	16.261
Poder Público	10.051	9.924
Iluminação Pública	4.041	4.216
Serviço Público	9.465	9.702
Encargos de Uso de Rede - TUSD	206.048	206.048
	615.510	601.258

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	538.939
Constituições	47.861
Baixas	(33.895)
Saldo em 30 de junho de 2014	552.905
Saldo em 31 de dezembro de 2014	601.258
Constituições	57.701
Baixas	(43.449)
Saldo em 30 de junho de 2015	615.510

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS a Recuperar	101.512	88.447
COFINS	42.253	24.620
PIS-PASEP	9.174	5.346
Outros	2.592	2.430
	155.531	120.843
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	204.096	209.303
COFINS	68.235	76.646
PIS-PASEP	14.739	16.573
	287.070	302.522
	442.601	423.365

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante e os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até 30 de junho de 2016.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2015 que serão compensadas com Tributos a Pagar apurados para o ano de 2015, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuição Social no Passivo Circulante.

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	146.647	115.153
Contribuição Social	84.599	70.006
	231.246	185.159

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2015	31/12/2014
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	37.619	-
Obrigações Pós-Emprego	469.978	451.842
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	217.134	212.288
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões	107.948	103.062
Taxa de Administração	7.313	7.501
Outros	28.262	25.849
	1.021.409	953.697
Passivos Fiscais Diferidos		
Índice Reajuste Tarifário – IRT	-	(9.552)
Atualização do Ativo Financeiro	(87.289)	(21.440)
Encargos Capitalizados	(82.377)	(59.892)
Custo de Captação	(10.633)	(1.849)
	(180.299)	(92.733)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	841.110	860.964

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	897.686
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	116.835
Saldo em 30 de junho de 2014	1.014.521
Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(19.854)
Saldo em 30 de junho de 2015	841.110

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2015	30/06/2014
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	25.153	(89.787)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(8.552)	30.528
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	-	1.772
Contribuições e Doações Indedutíveis	(881)	(685)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(423)	165
Multas Indedutíveis	(4.424)	(2.812)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(5.540)	(6.061)
Outros	(147)	(15)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(19.967)	22.892
Alíquota Efetiva	79,38%	25,50%
Corrente	(113)	(93.943)
Diferido	(19.854)	116.835

	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.522	(94.247)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(2.897)	32.044
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	(282)	1.018
Contribuições e Doações Inadutíveis	(492)	(333)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(38)	168
Multas Inadutíveis	(2.206)	(867)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.680)	(2.887)
Outros	(37)	(11)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(8.632)	29.132
Alíquota Efetiva	101,30%	30,91%
Corrente	12.601	(53.737)
Diferido	(21.233)	82.869

Lei 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irrevogável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Trabalhista	227.900	214.445
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	5.654	5.637
	623.976	623.959
Outros		
Regulatório	15.267	15.267
Cível	2.197	2.284
Relações de Consumo	2.181	2.130
Bloqueio Judicial	5.324	5.667
Outros	1.914	1.804
	26.883	27.152
	878.759	865.556

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O montante apropriado de janeiro a junho de 2015 como receitas de subsídios foi de R\$362.898 (R\$283.838 no mesmo período de 2014). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R\$461.439 (R\$344.896 em 31 de dezembro de 2014), reconhecidos no ativo circulante.

11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Estes repasses, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA, no montante de R\$404.418.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	30/06/2015	31/12/2014
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	6.531.117	5.943.682
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.138.878	1.106.675
	7.669.995	7.050.357
Ativo Circulante	6.977.046	843.793
Ativo Não Circulante	692.949	6.206.564

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a concessão de distribuição da Cemig Distribuição tem o seu vencimento previsto para fevereiro de 2016, os saldos foram integralmente transferidos para o curto prazo no 1º trimestre de 2015.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.063.802
Adição	376.237
Baixas	(3.032)
Atualização Financeira Líquida	(1.327)
Saldo em 30 de junho de 2014	5.435.680
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682
Adição	423.659
Baixas	(29.897)
Atualização Financeira Líquida	193.673
Saldo em 30 de junho de 2015	6.531.117

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

A partir da assinatura do aditamento dos contratos de concessão, em 10 de dezembro de 2014, a Cemig Distribuição passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Saldos em 30/06/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	48.943	-	98.410	-	147.353
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da Rede Básica	99.918	(985)	31.396	-	130.329
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	2.181	(5)	1.043	-	3.219
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	102	(3.409)	-	-	(3.307)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	971	(310.699)	-	(31.098)	(340.826)
Energia comprada para Revenda	1.438.988	(537.668)	806.278	(269.168)	1.438.430
	1.591.103	(852.766)	937.127	(300.266)	1.375.198
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	12.649	(152.881)	55.316	-	(84.916)
Neutralidade da Parcela A	13.514	(5.099)	-	-	8.415
Outros Itens Financeiros	25.615	(1.894)	772	-	24.493
Bandeiras Tarifárias	-	(184.312)	-	-	(184.312)
	51.778	(344.186)	56.088	-	(236.320)
TOTAL	1.642.881	(1.196.952)	993.215	(300.266)	1.138.878

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	30/06/2015	31/12/2014
Ativo	1.416.713	1.219.383	2.636.096	2.426.076
Passivo	(1.128.291)	(368.927)	(1.497.218)	(1.319.401)
	288.422	850.456	1.138.878	1.106.675

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros no primeiro semestre de 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição	1.041.902
(-) Amortização	(279.405)
(-) Recebimento de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(806.923)
(+) Atualização Selic	32.288
(+) Variação Cambial	44.341
Saldo em 30 de junho de 2015	1.138.878

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	30/06/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da Concessão Líquidos	6.572.893	(6.277.008)	295.885	6.619.400	(6.117.612)	501.788
Intangível em Curso	979.598	-	979.598	982.443	-	982.443
Total Intangível	7.552.491	(6.277.008)	1.275.483	7.601.843	(6.117.612)	1.484.231

b) Mutação do Ativo Intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.920.898
Adições	324.149
Transferências	(376.237)
Baixas	(434)
Amortização	(210.529)
Saldo em 30 de junho de 2014	1.657.847
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231
Adições	443.405
Transferências	(423.659)
Baixas	(4.032)
Amortização	(224.462)
Saldo em 30 de junho de 2015	1.275.483

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	30/06/2015	31/12/2014
Energia de curto prazo - CCEE	194.016	277.805
Encargos de uso da rede elétrica	63.666	64.191
Energia elétrica comprada para revenda	377.194	448.294
Itaipu binacional	275.043	148.864
Materiais e serviços	158.286	180.331
	1.068.205	1.119.485

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	385.329	282.031
COFINS	75.556	36.955
PIS-PASEP	16.404	8.023
INSS	13.121	13.943
ISSQN	5.805	6.825
Outros	10.549	30.443
	506.764	378.220
Não Circulante		
COFINS	503.343	505.696
PIS-PASEP	109.279	109.789
	612.622	615.485
	1.119.386	993.705

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2015						31/12/2014
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	1.238	27.119	28.357	24.554
KFW	2016	4,5	EUR	2.315	1.109	3.424	4.257
Dívida em Moeda Estrangeira				3.553	28.228	31.781	28.811
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2015	108,5% do CDI	R\$	-	-	-	205.633
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	-	-	-	237.666
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	749.654	-	749.654	706.062
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	67.520	65.979	133.499	212.232
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	50.770	48.936	99.706	-
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	7.922	489.481	497.403	-
Nota Promissória 7ª Emissão	2015	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.311.205
Nota Promissória 8ª Emissão	2016	111,70 % do CDI	R\$	1.745.114	-	1.745.114	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6.00 a 8,00	R\$	52.995	158.243	211.238	252.188
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	5.058	2.352	7.410	7.094
Caixa Econômica Federal	2018	119% do CDI	R\$	42.514	158.333	200.847	-
BNDES	2020	TJLP+2,48	R\$	2.290	10.118	12.408	13.504
Dívida em Moeda Nacional				2.723.837	933.442	3.657.279	2.945.584
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.727.390	961.670	3.689.060	2.974.395
Debêntures 1ª série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	19.303	410.539	429.842	451.904
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,7	R\$	21.361	1.292.864	1.314.225	1.266.168
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,1	R\$	13.879	771.272	785.151	757.938
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	237.187	422.134	659.321	597.845
Total de Debêntures				291.730	2.896.809	3.188.539	3.073.855
Total Geral				3.019.120	3.858.479	6.877.599	6.048.250

- Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$139.694, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$111.337. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.238	-	-	-	-	-	-	27.119	28.357
Euro	1.142	2.282	-	-	-	-	-	-	3.424
Total por Moedas	2.380	2.282	-	-	-	-	-	27.119	31.781
Indexadores									
IPCA (1)	272.629	210.695	210.673	(394)	426.687	426.686	439.876	771.845	2.758.697
UFIR/RGR (2)	26.529	49.710	40.201	35.362	23.562	20.465	5.685	9.724	211.238
CDI (3)	230.289	2.499.860	213.104	583.070	163.926	165.816	-	-	3.856.065
TR (4)	1.669	-	389	98	-	-	-	-	2.156
IGP-DI (5)	2.632	746	746	747	383	-	-	-	5.254
TJLP	1.166	2.248	2.248	2.248	2.248	2.250	-	-	12.408
Total por Indexadores	534.914	2.763.259	467.361	621.131	616.806	615.217	445.561	781.569	6.845.818
Total Geral	537.294	2.765.541	467.361	621.131	616.806	615.217	445.561	808.688	6.877.599

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Taxa Referencial (TR);
 (5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/06/2015	30/06/2014	Indexador	30/06/2015	30/06/2014
Dólar Norte-Americano	16,81	(5,98)	IPCA	6,17	3,75
Euro	7,23	(6,56)	CDI	5,92	4,97

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.247.919
Empréstimos Obtidos	1.210.000
Variação Monetária e Cambial	106.538
Encargos Financeiros Provisionados	226.682
Encargos Financeiros Pagos	(290.251)
Amortização de Financiamentos	(571.150)
Saldo em 30 de junho de 2014	5.929.738
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	2.500.000
Custos de Captação	(30.986)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.469.014
Variação Monetária e Cambial	163.283
Encargos Financeiros Provisionados	317.371
Encargos Financeiros Pagos	(400.430)
Amortização de Financiamentos	(1.719.889)
Saldo em 30 de junho de 2015	6.877.599

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2015	30/06/2014
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	286.385	226.684
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível*	(70.160)	(34.929)
Efeito Líquido no Resultado	216.225	191.755

*Taxa média de capitalização: 7,55% no semestre.

Captações de Recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal (1)	22/01/2015	2018	119% do CDI	200.000
Nota Promissória 8ª emissão (2)	01/04/2015	2016	111,70% do CDI	1.684.700
Banco do Brasil (3)	10/05/2015	2020	114% do CDI	486.618
Banco do Brasil (4)	10/05/2015	2017	111% do CDI	97.696
Total de Captações				2.469.014

- (1) Cédula de Crédito Bancário - Crédito Especial Setor Público, no valor de R\$200.000, para amortização de dívida;
- (2) 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, com aval da sua controladora, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000 na data de emissão, totalizando R\$1.700.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 26 de março de 2016. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização;
- (3) Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$ 500.000, com garantia de penhor de duplicatas de prestação de serviços, para reforço do capital de giro, vencendo em 10 de março de 2020;
- (4) Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$ 100.000, com garantia de penhor de duplicatas de prestação de serviços, para reforço do capital de giro, vencendo em 26 de abril de 2017.

Garantias

Em 30 de junho de 2015, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Notas Promissórias e Aval	4.914.622
Recebíveis	1.296.256
Sem Garantia	666.721
TOTAL	6.877.599

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 30 de junho de 2015, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 30/06/2015	Saldo em 31/12/2014
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	429.842	451.904
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,7	1.314.225	1.266.168
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,1	785.151	757.938
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	659.321	597.845
TOTAL			3.188.539	3.073.855

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“*Covenants*”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “*Covenants*”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“*Covenant*”) atrelada a índices financeiros apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da Garantidora CEMIG, auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio/Ativo Total	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA	Menor ou igual a 4 vezes

Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia terá até 30 dias, contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, para constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2015	31/12/2014
Eficiência Energética	155.410	159.665
Pesquisa e Desenvolvimento	21.840	7.343
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (1)	284.556	17.405
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.997	31.010
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.287	1.037
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	285	-
	525.840	247.925
Passivo Circulante	430.309	57.257
Passivo Não Circulante	95.531	190.668

(1) Os valores da quota da CDE para 2015 foram definidos pela Resolução ANEEL 1.857/2015 e Resolução ANEEL 1.863/2015.

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168
Despesa reconhecida no resultado	42.015	47.874	1.355	27.118	118.361
Contribuições Pagas	(38.330)	(24.068)	(747)	(4.448)	(67.593)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2014	588.892	761.042	21.456	447.547	1.818.936
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa reconhecida no resultado	52.369	52.085	1.500	29.963	135.917
Contribuições Pagas	(41.271)	(25.301)	(757)	(4.147)	(71.476)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2015	590.326	848.109	24.309	508.668	1.971.412
				30/06/2015	31/12/2014
Passivo Circulante				115.186	109.879
Passivo Não Circulante				1.856.226	1.797.092

Os valores registrados no Circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig Distribuição, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2015
Trabalhistas	236.345	24.845	-	(9.028)	252.162
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	6.475	(1.157)	(6.466)	14.817
Outras Ações Cíveis	23.694	9.957	-	(4.934)	28.717
	39.659	16.432	(1.157)	(11.400)	43.534
Tributárias	9.561	1.304	(7.033)	(138)	3.694
Ambientais	51	4	-	-	55
Regulatórias	10.874	451	-	(60)	11.265
Outras	6.632	1.641	(723)	(765)	6.785
Total	303.122	44.677	(8.913)	(21.391)	317.495

	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2014
Trabalhistas	99.201	6.682	(1.826)	(3.706)	100.351
Cíveis					
Relações de Consumo	22.628	4.311	(2.535)	(4.474)	19.930
Outras Ações Cíveis	16.272	6.129	-	(2.419)	19.982
	38.900	10.440	(2.535)	(6.893)	39.912
Tributárias	5.491	4.119	-	(555)	9.055
Ambientais	42	5	-	-	47
Regulatórias	29.832	509	(19.560)	(124)	10.657
Outras	8.239	48	(1.991)	(42)	6.254
Total	181.705	21.803	(25.912)	(11.320)	166.276

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$727.341 (R\$625.388 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$252.162 (R\$236.345 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$95.336 (R\$90.462 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$21.654 (R\$18.410 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$14.817 (R\$15.965 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$152.538 (R\$154.826 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$28.717 (R\$23.694 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$19.406 (R\$19.273 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$3.694 (R\$9.561 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$103.515 (R\$98.309 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$11.265 (R\$10.874 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$53.422 (R\$56.120 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$6.840 (R\$6.683 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$179.496 (R\$171.356 em 31 de dezembro de 2014), e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$885.024 (R\$840.116 em 31 de dezembro de 2014). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$295.987 (R\$291.323 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível. A Administração acredita ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$160.474 (R\$150.489 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$20.770 (R\$18.937 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.574.811 (R\$1.438.400 em 31 de dezembro de 2014), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$62.358 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$207.562 (R\$189.671 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$251.452 (R\$227.234 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$189.741 (R\$183.257 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$35.370 (R\$25.311 em 31 de dezembro de 2014).

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$ 23.131 (R\$20.817 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Lucro (Prejuízo) por ação

O Lucro (Prejuízo) por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2015	30/06/2014
Quantidade de Ações	2.359.113	2.261.998
Resultado do Período	5.186	(66.895)
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0023	(0,0296)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro (Prejuízo) Diluído é igual ao Básico.

Aumento de Capital Social

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig Distribuição no valor de R\$100.000. O capital social, que era de R\$2.261.998, passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	7.701.664	5.473.840
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	748.627	422.470
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	762.497	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	443.405	324.149
Outras Receitas Operacionais (e)	571.662	533.166
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(4.123.195)	(1.921.448)
	6.104.660	4.832.177

	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	4.312.673	2.907.935
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	522.471	217.301
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	212.227	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	240.765	188.628
Outras Receitas Operacionais (e)	323.861	290.805
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(2.572.020)	(1.010.532)
	3.039.977	2.594.137

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Residencial	4.949.413	5.027.320	3.396.315	2.508.267
Industrial	1.885.574	2.003.123	952.008	709.418
Comércio, Serviços e Outros	3.054.671	3.056.427	1.818.872	1.307.821
Rural	1.544.410	1.588.699	596.703	413.196
Poder Público	441.322	444.934	249.062	181.219
Iluminação Pública	660.596	643.068	239.972	168.190
Serviço Público	596.686	607.903	246.266	176.405
Subtotal	13.132.672	13.371.474	7.499.198	5.464.516
Consumo Próprio	18.914	19.055	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	202.466	9.324
Total	13.151.586	13.390.529	7.701.664	5.473.840

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Residencial	2.386.270	2.459.539	1.849.553	1.291.126
Industrial	933.896	1.022.283	550.829	383.924
Comércio, Serviços e Outros	1.458.894	1.483.945	995.685	673.958
Rural	749.687	844.996	342.554	227.378
Poder Público	223.734	224.262	143.258	96.920
Iluminação Pública	329.545	313.329	139.821	87.538
Serviço Público	280.302	288.676	137.440	92.231
Subtotal	6.362.328	6.637.030	4.159.140	2.853.075
Consumo Próprio	9.095	9.286	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	153.533	54.860
Total	6.371.423	6.646.316	4.312.673	2.907.935

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas nos próximos reajustes tarifários.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

e) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2015	30/06/2014
Serviço Taxado	8.801	4.329
Outras Prestações de Serviços	4.948	5.597
Subvenções (*)	459.159	385.268
Aluguel e Arrendamento	48.339	41.085
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	47.060	96.465
Outras	3.355	422
	571.662	533.166

	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Serviço Taxado	4.674	2.559
Outras Prestações de Serviços	2.723	2.888
Subvenções (*)	264.001	200.727
Aluguel e Arrendamento	26.732	20.925
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	25.276	63.414
Outras	455	292
	323.861	290.805

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.695.012	1.235.435
PIS-PASEP	146.122	98.346
COFINS	673.046	452.988
ISSQN	197	226
	2.514.377	1.786.995
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	28.293	21.256
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (1)	1.145.385	89.872
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	11.317	8.503
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	11.317	8.310
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	5.659	4.155
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas) (2)	-	(5.655)
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias (3)	399.893	-
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	6.954	8.012
	1.608.818	134.453
	4.123.195	1.921.448

	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014 Reclassificado
Impostos sobre a Receita		
ICMS	945.934	638.546
PIS-PASEP	76.394	52.077
COFINS	351.489	239.870
ISSQN	105	114
	1.373.922	930.607
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	13.909	12.298
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE (1)	853.667	52.216
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	5.563	4.920
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	5.563	4.919
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.783	2.460
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias (3)	312.771	-
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	3.842	3.112
	1.198.098	79.925
	2.572.020	1.010.532

(1) Os valores da quota da CDE para 2015 foram definidos pela Resolução ANEEL 1.857/2015 e Resolução ANEEL 1.863/2015.

(2) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

(3) O Decreto nº 8.401/2015 dispôs sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras (CCRB), a Resolução Normativa da Aneel nº 649/2015 aprovou os procedimentos de regulação tarifária do sistema de Bandeiras Tarifárias e o Ofício Circular nº 185/2015 da SFF/ANEEL definiu os procedimentos contábeis para registro das receitas adicionais de Bandeiras Tarifárias.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Pessoal (a)	462.450	422.119
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	101.732	97.679
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	83.548	76.346
Materiais	22.310	24.247
Serviços de Terceiros (b)	333.383	309.986
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.578.613	2.761.716
Amortização	224.462	210.387
Provisões Operacionais (d)	93.465	43.752
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	399.779	258.837
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	443.405	324.149
Outras Despesas Líquidas (f)	219.898	185.166
	5.963.045	4.714.384

	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014 Reclassificado
Pessoal (a)	234.190	217.968
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	40.110	58.568
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	41.774	38.173
Materiais	12.496	12.384
Serviços de Terceiros (b)	176.441	161.016
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.740.689	1.461.936
Amortização	112.791	106.066
Provisões Operacionais (d)	53.312	30.946
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	204.572	124.951
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	240.765	188.628
Outras Despesas Líquidas (f)	122.361	86.886
	2.979.501	2.487.522

a) Despesas com Pessoal	30/06/2015	30/06/2014
Remunerações e Encargos	404.876	369.069
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	27.060	25.337
Benefícios Assistenciais	52.531	50.143
	484.467	444.549
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(23.261)	(22.045)
Provisão referente aos Programas de Desligamento de Empregados	1.244	(385)
	462.450	422.119

a) Despesas com Pessoal	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Remunerações e Encargos	206.609	192.555
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	13.970	13.397
Benefícios Assistenciais	26.036	24.636
	246.615	230.588
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(12.536)	(12.293)
Provisão (reversão de provisão) referente aos Programas de Desligamento de Empregados	111	(327)
	234.190	217.968

b) Serviços de Terceiros	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	58.855	56.895
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	88.776	89.080
Comunicação	33.697	32.316
Conservação e Limpeza de Prédios	31.706	28.399
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	13.753	10.918
Corte e Religação	15.930	7.136
Podas de Árvores	11.602	9.857
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	10.081	9.653
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	10.409	15.926
Mão de Obra Contratada	685	2.383
Hospedagem e Alimentação	6.122	5.235
Vigilância	5.000	4.989
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	2.428	2.673
Manutenção e Conservação de Veículos	3.709	3.838
Reprografia e Publicações Legais	5.045	1.988
Inspeção de Unidades Consumidoras	2.091	2.197
Fretes e Passagens	1.947	1.932
Consultoria	3.165	2.745
Meio Ambiente	1.064	936
Outros	27.318	20.890
	333.383	309.986

b) Serviços de Terceiros	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014 Reclassificado
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	29.427	27.969
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	40.828	42.890
Comunicação	22.287	15.659
Conservação e Limpeza de Prédios	16.601	14.151
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	8.531	5.299
Corte e Religação	8.248	4.528
Podas de Árvores	6.666	5.924
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	5.254	4.757
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	7.412	13.240
Mão de Obra Contratada	308	863
Hospedagem e Alimentação	3.027	2.843
Vigilância	2.433	2.758
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.251	1.312
Manutenção e Conservação de Veículos	1.986	1.935
Reprografia e Publicações Legais	2.564	1.124
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.099	1.151
Fretes e Passagens	1.033	1.198
Consultoria	1.758	1.377
Meio Ambiente	816	523
Outros	14.912	11.515
	176.441	161.016

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/06/2015	30/06/2014
Energia de Itaipu Binacional	770.844	402.654
Contratos por Cotas de Garantia Física	113.484	110.208
Cotas das Usinas de Angra I e II	99.079	88.814
Energia de Curto Prazo	445.894	861.547
Contratos Bilaterais	155.827	150.286
Energia adquirida em Leilão	2.198.278	1.292.379
PROINFA	123.009	131.607
Créditos de PASEP/COFINS	(327.802)	(275.779)
	3.578.613	2.761.716

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Energia de Itaipu Binacional	401.174	198.014
Contratos por Cotas de Garantia Física	55.934	55.984
Cotas das Usinas de Angra I e II	50.121	44.407
Energia de Curto Prazo	201.276	495.937
Contratos Bilaterais	80.299	74.726
Energia adquirida em Leilão	1.039.635	673.451
PROINFA	61.504	65.803
Créditos de PASEP/COFINS	(149.254)	(146.386)
	1.740.689	1.461.936

d) Provisões (Reversões) Operacionais	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	57.701	47.861
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	24.845	4.856
Cíveis	15.275	7.905
Tributárias	(5.729)	4.119
Ambientais	4	5
Regulatórias	451	(19.051)
Outras	918	(1.943)
	35.764	(4.109)
	93.465	43.752

d) Provisões (Reversões) Operacionais	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30.749	20.556
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	15.409	6.631
Cíveis	4.637	3.522
Tributárias	505	310
Ambientais	3	1
Regulatórias	210	377
Outras	1.799	(451)
	22.563	10.390
	53.312	30.946

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal	28.068	24.264
Materiais	162.336	135.553
Serviços de Terceiros	176.796	137.614
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	70.160	23.771
Aquisição de Imóveis e Instalações	1.817	-
Arrendamentos e Aluguéis	516	44
Impostos e Taxas	188	125
Outros	3.524	2.778
	443.405	324.149

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Pessoal	17.308	13.995
Materiais	77.016	88.836
Serviços de Terceiros	99.756	74.800
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	45.522	9.766
Arrendamentos e Aluguéis	363	18
Impostos e Taxas	163	27
Outros	637	1.186
	240.765	188.628

f) Outras Despesas Líquidas	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	38.990	37.726
Propaganda e Publicidade	1.412	6.679
Consumo Próprio de Energia Elétrica	9.338	7.855
Subvenções e Doações	4.723	3.570
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	56.292	52.813
Contribuição à CCEE	2.081	1.563
Seguros	952	1.000
Forluz – Custeio Administrativo	8.367	8.058
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	44.981	31.885
Outras	52.762	34.017
	219.898	185.166

f) Outras Despesas Líquidas	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	17.673	18.073
Propaganda e Publicidade	318	6.000
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.468	3.933
Subvenções e Doações	2.655	1.791
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	30.358	27.509
Contribuição à CCEE	1.046	790
Seguros	465	506
Forluz – Custeio Administrativo	4.368	4.023
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	27.170	4.583
Outras	32.840	19.678
	122.361	86.886

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	19.288	48.591
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	92.991	79.612
Variações Cambiais	24.350	17.147
Variações Cambiais - CVA	44.341	-
Variações Monetárias	3.919	6.813
Multas Contratuais	7.580	6.045
Atualização do Ativo Financeiro BRR	193.673	(1.327)
Variação Monetária - CVA	32.288	-
Outras	3.344	3.968
	421.774	160.849
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(216.225)	(191.755)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(52.369)	(42.015)
Variações Cambiais	(71.444)	(5.247)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(159.356)	(113.692)
Variação Monetária de P&D e PEE	(8.534)	(7.101)
Outras Variações Monetárias	(2.137)	(3.146)
Outras	(28.171)	(5.473)
	(538.236)	(368.429)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(116.462)	(207.580)

	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	12.385	33.572
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	48.408	41.534
Variações Cambiais	4.830	12.447
Variações Cambiais - CVA	10.853	-
Variações Monetárias	2.687	2.492
Multas Contratuais	4.204	3.416
Atualização do Ativo Financeiro BRR	102.120	(113.920)
Variação Monetária - CVA	(8.198)	-
Outras	1.776	2.792
	179.065	(17.667)
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(115.194)	(108.468)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(24.973)	(20.726)
Variações Cambiais	(10.630)	(1.727)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(64.927)	(41.862)
Variação Monetária de P&D e PEE	(4.326)	(3.699)
Outras Variações Monetárias	(1.296)	(1.901)
Outras	(9.673)	(4.812)
	(231.019)	(183.195)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(51.954)	(200.862)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	5.222	12.833	-	-	(5.212)	(11.309)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	111.868	111.868	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.822	-	-	-	(20.754)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.046	489	-	-	(2.195)	(2.929)
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	1.120	2.319	-	-	(1.101)	(1.620)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.139	2.773	31.687	11.988	4.351	17.660	(163.245)	(66.697)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	522	479	-	-	-	-	-	-
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	815	315	-	-	2.255	1.678	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	3.403	6.205	-	-	1.987	1.797	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	988	2.656	473	917	(5.554)	(4.893)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	19.672	2.577	-	-	67.541	50.034	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.707	2.220	-	-	(7.737)	(3.277)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.707	2.556	-	-	(13.722)	(7.854)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	51.372	47.001	-	-	(52.369)	(42.015)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(27.060)	(25.337)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(8.367)	(8.058)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.194	1.108	-	-	(6.991)	(5.949)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	538.954	532.227	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	55.090	52.359	-	-	(53.585)	(49.229)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	817.328	792.532	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;

- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e linhas de distribuição, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (7) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 14, 16 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2015, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig Distribuição de 6,29% no fundo de investimento, em 30 de junho de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig Distribuição 6,29%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	663
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	3.329
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	632
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.441
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.802
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	636
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	358
Cemig Telecom	Nota de Crédito	110,40% do CDI	14/12/2015	336
				9.197

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	30/06/2015	30/06/2014
Remuneração	6.551	4.533
Participação nos Resultados	568	1.288
Benefícios Pós Emprego	383	476
Benefícios Assistenciais	159	78
Total	7.661	6.375

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Reembolso Subsídios Tarifários. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96% e CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	346.568	346.568	241.730	241.730
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	2.587.476	2.587.476	1.799.801	1.799.801
Depósitos Vinculados a Litígios	878.759	878.759	865.556	865.556
Subvenção Baixa Renda	27.880	27.880	35.197	35.197
Reembolso Subsídios Tarifários	461.439	461.439	344.896	344.896
Fundos Vinculados	32	32	795	795
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.138.878	1.138.878	1.106.675	1.106.675
	5.441.032	5.441.032	4.394.650	4.394.650
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.531.117	6.531.117	5.943.682	5.943.682
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	2.835	2.825	17.154	17.067
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	81.339	81.339	85.391	85.391
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.068.205	1.068.205	1.119.485	1.119.485
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.877.599	6.450.604	6.048.250	5.788.387
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	590.326	590.326	579.228	579.228
	8.536.130	8.109.135	7.746.963	7.487.100

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2015		31/12/2014	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	9.140	28.357	9.245	24.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	87.127	275.043	57.433	148.864
	<u>96.267</u>	<u>303.400</u>	<u>66.678</u>	<u>173.418</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	990	3.424	1.319	4.257
Passivo Líquido Exposto		<u>306.824</u>		<u>177.675</u>

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2016 será uma valorização de 2,30% para o dólar (R\$3,174) e uma desvalorização de 0,21% para o Euro (R\$3,453). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2015	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	28.357	29.010	36.267	43.515
Fornecedores (Itaipu Binacional)	275.043	281.373	351.761	422.060
	<u>303.400</u>	<u>310.383</u>	<u>388.028</u>	<u>465.575</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	3.424	3.417	4.271	5.126
Passivo Líquido Exposto	<u>306.824</u>	<u>313.800</u>	<u>392.299</u>	<u>470.701</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>6.976</u>	<u>85.475</u>	<u>163.877</u>

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	30/06/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	346.568	241.730
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	84.174	102.545
Fundos Vinculados	32	795
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	1.138.878	1.066.314
	<u>1.569.652</u>	<u>1.411.384</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(3.856.065)	(3.124.703)
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.286.413)</u>	<u>(1.713.319)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2016, a taxa SELIC será de 14,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2015	30 de junho de 2016		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 14,00%	Cenário SELIC 17,50%	Cenário SELIC 21,00%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	346.568	395.088	407.217	419.347
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	84.174	95.958	98.904	101.851
Fundos Vinculados	32	36	38	39
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.138.878	1.298.321	1.338.182	1.378.042
	<u>1.569.652</u>	<u>1.789.403</u>	<u>1.844.341</u>	<u>1.899.279</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 16)	(3.856.065)	(4.395.914)	(4.530.876)	(4.665.839)
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.286.413)</u>	<u>(2.606.511)</u>	<u>(2.686.535)</u>	<u>(2.766.560)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(320.098)</u>	<u>(400.122)</u>	<u>(480.147)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 30 de junho de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2015	31/12/2014
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 12) (*)	4.609.794	4.416.121
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.758.697)	(2.621.950)
Ativo Líquido Exposto	1.851.097	1.794.171

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2016, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,33% e 4,41%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2015	30 de junho de 2016		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 5,33% IGP-M 4,41%	Cenário IPCA 6,66% IGP-M 5,51%	Cenário IPCA 8,00% IGP-M 6,62%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 12)	4.609.794	4.813.086	4.863.794	4.914.962
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.758.697)	(2.905.736)	(2.942.426)	(2.979.393)
Ativo Líquido Exposto	1.851.097	1.907.350	1.921.368	1.935.569
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		56.253	70.271	84.472

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	8.273	68.270	2.657.345	4.611.547	2.353.450	9.698.885
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.013	21.354	24.527	426.463	469.029	948.386
	15.286	89.624	2.681.872	5.038.010	2.822.479	10.647.271
Pré-fixadas						
Fornecedores	919.689	148.516	-	-	-	1.068.205
	934.975	238.140	2.681.872	5.038.010	2.822.479	11.715.476

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo.
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) de apuração anual, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da CEMIG, garantidora do financiamento. O contrato prevê que a CEMIG tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a Cemig Distribuição a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Total do Passivo	12.636.747	11.382.613
Caixa e Equivalentes de Caixa	(436.042)	(313.799)
Fundos Vinculados	(32)	(795)
Passivo Líquido	12.200.673	11.068.019
Total do Patrimônio Líquido	2.690.499	2.482.227
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,53	4,46

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/06/2015	Valor justo em 30 de junho de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	13.193	-	13.193	-
Letras Financeiras – Bancos	37.364	-	37.364	-
Letras Financeiras do Tesouro	17.908	17.908	-	-
Debêntures	11.723	-	11.723	-
Outros	1.151	-	1.151	-
	81.339	17.908	63.431	-
Fundos Vinculados	32	-	32	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.531.117	-	-	6.531.117
	6.612.488	17.908	63.463	6.531.117

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de junho de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/06/2015	30/06/2014
Encargos Financeiros Capitalizados	70.160	34.929
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	423.659	376.237
Receita de Construção	443.405	324.149

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Obtenção de liminar para impedir o ajuste do MRE

Em 4 de agosto de 2015, a Cemig Distribuição obteve decisão judicial favorável nos autos da ação judicial movida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, em face da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), determinando à CCEE que, até decisão final, abstenha-se de imputar às afiliadas da ABRADDEE o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos de GSF sobre geradores hidrelétricos, bem como de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do Período

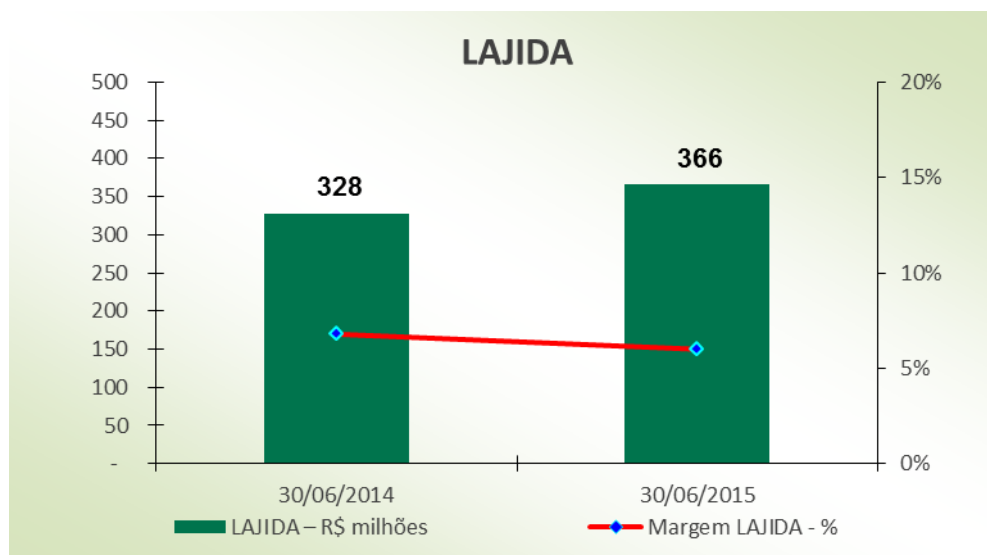
A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2015, Lucro de R\$5.186 em comparação ao Prejuízo de R\$66.895, no primeiro semestre de 2014.

Este resultado deve-se, principalmente, ao melhor resultado financeiro no primeiro semestre de 2015, R\$116.462 de despesa financeira líquida, em comparação a R\$207.580 no primeiro semestre de 2014, em função do aumento da receita com Atualização da Base de Remuneração de Ativos (BRR). As principais variações na comparação dos resultados dos 1ºs semestres de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 11,55% no primeiro semestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado	Var. %
Resultado do Período	5.186	(66.895)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	19.967	(22.892)	-
+ Resultado Financeiro Líquido	116.462	207.580	(43,90)
+ Amortização	224.462	210.387	6,69
= LAJIDA	366.077	328.180	11,55



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no primeiro semestre de 2015, em comparação ao mesmo período de 2014, deve-se, principalmente, ao reconhecimento do saldo da Conta de CVA e outros componentes financeiros. A margem do LAJIDA passou de 6,79% no primeiro semestre de 2014 para 6,00% no primeiro semestre de 2015.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$7.701.644, no primeiro semestre de 2015, em comparação a R\$5.473.840, no primeiro semestre de 2014, representando um aumento de 40,70%. Os principais impactos na Receita, no primeiro semestre de 2015, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral em 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- Instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a partir de janeiro de 2015, no valor de R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha e, a partir de março de 2015, no valor de R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha, ambos para cada 100 kWh consumidos. A bandeira vermelha vigorou nos seis primeiros meses de 2015.
- Redução de 1,79% no volume de energia vendida.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	30/06/2015	30/06/2014	Var %
Residencial	4.949.413	5.027.320	(1,55)
Industrial	1.885.574	2.003.123	(5,87)
Comércio, Serviços e Outros	3.054.671	3.056.427	(0,06)
Rural	1.544.410	1.588.699	(2,79)
Poder Público	441.322	444.934	(0,81)
Iluminação Pública	660.596	643.068	2,73
Serviço Público	596.686	607.903	(1,85)
Total	13.132.672	13.371.474	(1,79)

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro semestre de 2015, a receita correspondeu a um total de R\$748.627, comparada a R\$422.470 no mesmo período de 2014, o que representa um aumento de 77,20%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79% e novo impacto percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21%. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 21). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, cujo impacto foi uma redução de 12,02% na quantidade de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$762.497 em 30 de junho de 2015.

Deve ser ressaltado que a receita mencionada é líquida de ajuste devedor no valor de R\$80.671 referente à diferença de estimativa de valores registrados em 2014.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$443.405, no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$324.149, no primeiro semestre de 2014, um aumento de 36,79%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro semestre de 2015 foram de R\$4.123.195, comparados a R\$1.921.448 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 114,59%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.145.385, no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$89.872, do primeiro semestre de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2014 as despesas não foram consideradas integralmente na definição dos valores da CDE, ocasionando um déficit no ano. Em 2015 foi realizado um novo orçamento para a CDE, elevando o montante anual de R\$194 milhões para R\$2.598 milhões (conforme Resolução ANEEL 1.857/2015 e Resolução ANEEL 1.863/2015), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$5.963.045 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$4.714.384 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 26,49%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.578.613 no primeiro semestre de 2015 comparada a uma despesa de R\$2.761.716 em 2014, representando um aumento de 29,58%.

Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 70,10% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$2.198.278 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$1.292.379 no mesmo período de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 91,44% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$770.844 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$402.654 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar frente ao Real no primeiro semestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no primeiro trimestre de 2015 foi de R\$3,00, em comparação a R\$2,28 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 31,58%;
- redução de 48,24% da compra de energia de curto prazo, em função da menor exposição da Cemig Distribuição no mercado atacadista (R\$445.894 em junho de 2015 e R\$861.547 em junho de 2014).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$399.779 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$258.837 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 54,45%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$462.450 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$422.119 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 9,55%. Essa variação decorre, principalmente, de reajustes salariais, cujos percentuais aplicados foram de 6,34% a partir de novembro de 2014, em função de Acordo Coletivo, e de 3% a partir de março de 2015, como resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$93.465 no primeiro semestre de 2015 na comparação com R\$43.752 no primeiro semestre de 2014, um aumento de 113,62%. Destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram constituídas no montante de R\$24.845 no primeiro semestre de 2015, em comparação a R\$4.856 no primeiro semestre de 2014. Além disso, no primeiro semestre de 2015 houve uma constituição de R\$451 nas provisões regulatórias, em comparação a uma reversão de R\$19.051 no primeiro semestre de 2014. Mais informações na Nota Explicativa nº 19.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro semestre de 2015, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$116.462, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$207.580 no mesmo período de 2014, representando uma redução de 43,90%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação cambial e monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$ 76.629 no primeiro semestre de 2015.
- aumento da receita com Atualização da Base de Remuneração de Ativos (BRR), sendo R\$193.673 no primeiro semestre de 2015, em comparação à reversão de R\$1.327 no mesmo período de 2014. Esta variação decorre da maior variação do indexador da BRR, o IGP-M, que variou 4,33% no 1º semestre de 2015 na comparação com uma variação de 2,45% no 1º semestre de 2014. Adicionalmente, em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110.398 em função da homologação definitiva da BRR da Cemig Distribuição.
- aumento de 12,76% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$216.225 no primeiro semestre de 2015 comparados a R\$191.755 no primeiro semestre de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 5,92% no primeiro semestre de 2015 em comparação a 4,97% no mesmo período de 2014.
- aumento de 40,16% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$159.356 no primeiro semestre de 2015, comparados a R\$113.692 do mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (6,17% no 1º semestre de 2015 em comparação a 3,75% no 1º semestre de 2014).
- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante no primeiro semestre de 2015 de R\$71.444, comparados a R\$5.247 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do Dólar em 2015 (16,81% no 1º semestre de 2015 em comparação à variação negativa de 5,98% no 1º semestre de 2014).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$19.967 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$25.153, representando um percentual de 79,38%. No primeiro semestre de 2014, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$22.892 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$89.787, representando um percentual de 25,50%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

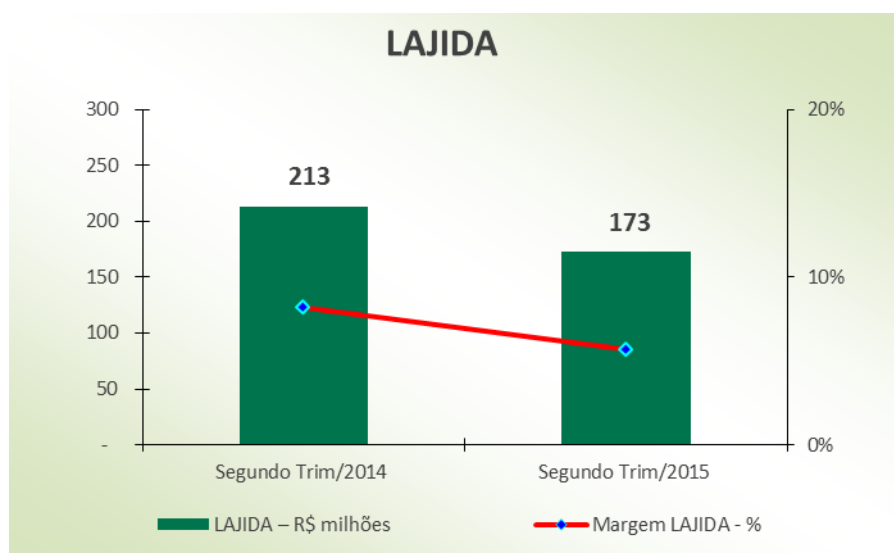
Resultado do Trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2015, um Prejuízo de R\$110, em comparação ao Prejuízo de R\$65.115, no segundo trimestre de 2014. As principais variações na comparação dos resultados dos 2ºs trimestres de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 18,53% no segundo trimestre de 2015 na comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2015	Segundo Trim/2014 Reclassificado	Var. %
Resultado do Período	(110)	(65.115)	99,83
+ Despesa de IR e Contribuição Social	8.632	(29.132)	-
+ Resultado Financeiro Líquido	51.954	200.862	(74,13)
+ Amortização	112.791	106.066	6,34
= LAJIDA	173.267	212.681	(18,53)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no segundo trimestre de 2015, em comparação ao segundo trimestre de 2014, deve-se, principalmente, ao aumento de 20,38% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação a um aumento na receita de 17,19%. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 8,20%, no segundo trimestre de 2014, para 5,70%, no segundo trimestre de 2015.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.312.673, no segundo trimestre de 2015, em comparação a R\$2.907.935, no segundo trimestre de 2014, representando um aumento de 48,31%. Os principais impactos na Receita, no segundo trimestre de 2015, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- Instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a partir de janeiro de 2015, no valor de R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha e, a partir de março de 2015, no valor de R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha, ambos para cada 100 kWh consumidos. A bandeira vermelha vigorou nos seis primeiros meses de 2015.
- Redução de 4,14% no volume de energia vendida.

A variação por classe de consumo da energia vendida está apresentada abaixo.

Consumo por Classe	MWh		
	Segundo Trim/2015	Segundo Trim/2014	Var %
Residencial	2.386.270	2.459.539	(2,98)
Industrial	933.896	1.022.283	(8,65)
Comércio, Serviços e Outros	1.458.894	1.483.945	(1,69)
Rural	749.687	844.996	(11,28)
Poder Público	223.734	224.262	(0,24)
Iluminação Pública	329.545	313.329	5,18
Serviço Público	280.302	288.676	(2,90)
Total	6.362.328	6.637.030	(4,14)

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2015, a receita correspondeu a um total de R\$522.471, comparada a R\$217.301 no mesmo período de 2014, o que representa um aumento de 140,44%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21% para os consumidores livres. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 21). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, cujo impacto foi uma redução de 13,70% na quantidade de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$212.227 no segundo trimestre de 2015.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$240.765, no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$188.628, do mesmo período de 2014, um aumento de 27,64%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no segundo trimestre de 2015 foram de R\$2.572.020, comparados a R\$1.010.532, do segundo trimestre de 2014, representando um aumento de 154,52%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$853.667 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$52.216, do segundo trimestre de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2014 as despesas não foram consideradas integralmente na definição dos valores da CDE, ocasionando um déficit no ano. Em 2015 foi realizado um novo orçamento para a CDE, elevando o montante anual de R\$194 milhões para R\$2.598 milhões (conforme Resolução ANEEL 1.857/2015 e Resolução ANEEL 1.863/2015), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$2.979.501, no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$2.487.522, do segundo trimestre de 2014, representando um aumento de 19,78%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.740.689 no segundo trimestre de 2015, comparada a R\$1.461.936 no segundo trimestre de 2014, um aumento de 19,07%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 54,37% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.039.635 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$673.451 no mesmo período de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;

- aumento de 102,60% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$401.174 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$198.014 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar frente ao Real no segundo trimestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no segundo trimestre de 2015 foi de R\$3,08, em comparação a R\$2,21 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 39,37%;
- redução de 59,42% da compra de energia de curto prazo, em função da menor exposição da Cemig Distribuição no mercado atacadista (R\$201.276 no segundo trimestre de 2015 e R\$495.937 no segundo trimestre de 2014).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$204.572 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$124.951 no segundo trimestre de 2014, representando um aumento de 63,72%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$234.190 no segundo trimestre de 2015, comparados a R\$217.968 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 7,44%. Essa variação decorre, principalmente, de reajustes salariais, cujos percentuais aplicados foram de 6,34% a partir de novembro de 2014, em função de Acordo Coletivo, e de 3% a partir de março de 2015, como resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$53.312 no segundo trimestre de 2015 na comparação com R\$30.946 no segundo trimestre de 2014, um aumento de 72,27%. Destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram constituídas no montante de R\$15.409 no segundo trimestre de 2015, em comparação a R\$6.631 no segundo trimestre de 2014. Mais informações na Nota Explicativa nº 19.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido no segundo trimestre de 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$51.954, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$200.862 no mesmo período de 2014, representando uma redução de 74,13%.

A variação no resultado financeiro decorre, principalmente, da receita com atualização da Base de Remuneração de Ativos (BRR) no 2º trimestre de 2015, no valor de R\$102.120, em comparação à reversão de R\$113.920 no 1º semestre de 2014. Esta variação decorre da maior variação do indexador da BRR, o IGP-M, que variou 2,26% no 2º trimestre de 2015 na comparação com uma variação negativa de 0,10% no 2º trimestre de 2014. Adicionalmente, em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110.398 em função da homologação definitiva da BRR da Cemig Distribuição.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2015, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$8.632 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$8.522, representando um percentual de 101,30%. No segundo trimestre de 2014, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$29.132 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$94.247, representando um percentual de 30,91%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes.

Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade das operações da Companhia

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Companhia encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Companhia um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Posteriormente, em 10 de junho de 2015, a ANEEL publicou a Audiência Pública nº 038/2015, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica com base no Decreto nº 8.461/2015. O prazo de contribuições para essa Audiência encerrou-se em 13 de julho de 2015, sendo que até a data da aprovação destas informações contábeis intermediárias, os termos da prorrogação estão sob análise da ANEEL. Esta situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Deloitte Touche Tohmatsu

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7